

40 ANOS DO CAMPEONATO BRASILEIRO OU TORNEIO RIO-SÃO PAULO (1971-2011)

Aluno: Thiago de Carvalho Miranda.

Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.

Palavras-chave: Futebol, Política, Clube dos 13, Televisão.

O presente trabalho visa discutir o processo de construção do Campeonato Brasileiro de futebol, as interferências do Estado e da Televisão dentro dessa esfera e a hegemonia dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Para tanto, será necessário compreender os motivos da criação, bem como a rede de interesses que se formou ao seu redor; o que consolida alguns clubes, dirigentes e estados brasileiros como superiores. Entender o porquê, as rivalidades e o jogo de interesses que permeia o campeonato, como também, o papel que o Estado brasileiro teve nesse processo, nos traz uma perspectiva da estrutura do futebol no Brasil e sua relação com o campo político e econômico. Assim, lança-se mão de uma perspectiva para pensar o futebol dentro da Nova História Cultural.

Para que seja possível realizar essa análise, será utilizado um arcabouço documental constituído por matérias do periódico Placar: “O Nosso Futebol vai Mudar em 71”, publicada em 16 de outubro de 1970; “O Futebol desses Estados Precisa de muita Ajuda”, publicada em 15 de janeiro de 1971 e “Até que Enfim o Campeonato Nacional”, publicada em 12 de fevereiro de 1971. Estas matérias serão utilizadas para discutir o início e os primeiros passos para a construção do campeonato, a disparidade da correlação de forças dos clubes e estados brasileiros e compreender a estrutura do futebol brasileiro naquele período. Outra publicação do mesmo periódico, de 15 de junho de 1984, relatando a criação do Clube dos 13 coloca-se de importância para o tema. Compreender como os clubes ditos “menores” são cotados pela mídia, principalmente a que se situa nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e tem circulação e abrangência nacional, ou seja, são formadoras de opinião em relação ao futebol no Brasil inteiro. A Revista Placar traz uma edição destinada ao campeonato de 1985, conquistado pelo Coritiba Foot Ball Club, de 9 de agosto de 1985, e outra dedicada ao título do clube Atlético Paranaense em 2001, publicada em 26 de dezembro de 2001¹. O conjunto de leis destinadas à atividade desportiva no Brasil, principalmente a relacionada ao futebol deve ser considerada: Decreto Lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941, que visava regular e centralizar nas mãos do Estado as atividades esportivas; o Decreto Lei n. 6251 de 1975; o Decreto Lei n. 80.228/77, que ratificava a Lei do passe de 2 de setembro de 1976; a Lei n. 8672/93, mais conhecida como Lei Zico, fruto da redemocratização e fortalecendo a iniciativa privada; e o Decreto Lei n. 10.671, de 15 de maio de 2003, conhecido como “Estatuto do Torcedor”².

A monografia divide-se em 3 capítulos. O primeiro, destinado à análise do campo teórico, a definição de campo esportivo e regulação do mesmo como esfera autônoma, outro aspecto importante levantado neste capítulo é o conceito de cultura de massa, que teve seu desenvolvimento quase concomitantemente com o futebol no Brasil e, conseqüentemente, o papel da TV e do rádio para tal definição e desenvolvimento. A

¹ Para aprofundar a análise dos títulos dos clubes paranaenses, principalmente a do Coritiba Foot Ball Club foi utilizado o artigo de FERREIRA, Daniel Vinícius, “É Campeão?”: A Trajetória do Coritiba na Conquista do Campeonato Brasileiro de 1985 Segundo a Revista Placar.

² MEZZADRI, Fernando Marinho; PRESTES, Saulo Esteves de Camargo; CAPRARO, André Mendes; CAVICHIOLLI, Fernando Renato; MARCHI JUNIOR, Wanderley. *As Interferências do Estado brasileiro no futebol e o estatuto de defesa do torcedor*. Publicado na Revista brasileira de Educação Física, São Paulo, 2011.

perspectiva teórica sobre o futebol brasileiro como também as origens do campeonato brasileiro, destacando-se a rivalidade e o confronto entre Rio de Janeiro e São Paulo, consolidados conjuntamente como os dois polos futebolísticos do país. Por fim, baseado nos estudos de Roberto DaMatta, centrado na distinção entre *éticas únicas e duplas*, será levantado o problema do *dilema brasileiro*³. Já o segundo capítulo, tem por objetivo discutir a organização do Campeonato Brasileiro, o jogo de interesses que permeiam a sua organização e como o Estado Brasileiro contribui para estruturação da esfera esportiva, considerando a relação dialética que se estabelece entre o Estado e as esferas autônomas, mesmo nos regimes ditatoriais. A abordagem da hegemonia e títulos de clubes dos estados de RJ e SP se dá em contraponto aos títulos nacionais dos clubes do estado do Paraná, a discussão em torno da rede de interesses políticos e econômicos que se forma através das federações e clubes e a utilização das fontes, para identificar como é abordado os títulos dos times do Paraná. Um acontecimento importante a se destacar é a criação da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) em 1979 e do Clube dos 13 em 1987. O terceiro e último capítulo discutirá a nova estrutura futebolística proporcionada pela Lei Zico, que será a fonte base de discussão deste capítulo, que transforma e define os times como clube-empresas, para cravar a profissionalização em todos os aspectos no futebol e chegar à racionalização – busca pelo lucro –, portanto, será trabalhada a relação entre empresas e também propostas para aumentar a competitividade do campeonato.

Pierre Bourdieu compreende *campos* como “*espaços estruturados de postos, cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinada por eles)*”. Cada campo possui sua especificidade, eles possuem leis gerais invariáveis que se definem como funções variáveis secundárias. Contudo, o que se compreende de um campo pode ser utilizado para interpretar e questionar outros campos, devido às relações existentes entre eles.

A funcionalidade de cada campo é impulsionada por disputas e jogo de interesses de pessoas dispostas a entrar nessa disputa, para entrar nesse jogo, no entanto, é necessário conhecer as leis gerais que o permeiam, esse conhecimento é denominado *habitus* que dá condição para existência e funcionamento dentro de uma determinada estrutura, pautada numa relação de força entre agentes ou instituições. Quem detém ou monopoliza um capital específico, engendrado num campo, tenderá a utilizar estratégias para a manutenção da ordem estabelecida, por outro lado, os agentes que detém menos poder buscam ações de subversão para mudança da estrutura, dentro de certos limites⁴. Esta lógica que Bourdieu nos apresenta tem extrema importância para compreender a disputa de interesses dentro da consolidação do campeonato brasileiro, bem como sua relação com a esfera estatal e empresas, como redes de televisão.

Destarte, a esfera esportiva é definida através da conceitualização que Norbert Elias dá ao *esporte*. Ele é articulado com a dinâmica social, que vislumbram detalhes específicos tanto do esporte como da sociedade na qual está inserido, é composto e regido por regras e normas bem definidas que impossibilitam tensões no momento de sua prática, proporcionando um equilíbrio. Com regras bem definidas e controladas não há muito risco de divergência entre os participantes. Ele figura como um “*ritual coletivo de intensa densidade dramática e cultural, pleno de conexões múltiplas com a realidade brasileira.*”⁵, a similaridade com a dinâmica social faz com que o futebol torne-se um

³ DAMATTA, Roberto. *Carnavais Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar – 1979.

⁴ BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

⁵ MURAD, M. *Dos Pés à Cabeça – Elementos Básicos de Sociologia do Futebol*. Rio de Janeiro: Irradiação

importante refúgio de pessoas que busquem no esporte qualquer tipo de relação profissional, passional e lúdica.

Em relação à consolidação de uma *cultura de massa* no Brasil, ela se configura como um importante aspecto para estruturação e propagação do futebol. As transmissões radiofônicas e coberturas jornalísticas da mídia impressa no país contribuíram profundamente para que o futebol tivesse tamanha disseminação e adesão, principalmente nas décadas dos anos de 1930 e 1940, essa cobertura chegava à diversas regiões brasileiras, ajudando a consolidar o futebol paulista e carioca⁶. O papel da televisão corresponde uma incorporação de uma estrutura já definida, mas que ampliava sua comercialização e forçava uma profissionalização em relação a cumprimento de datas e horários devido às exigências dos patrocinadores.

O que ocorre é a exaltação da racionalização em detrimento do lúdico, o esporte moderno, segundo crítica de Magnane “*perde seu caráter lúdico para tornar-se uma empresa comercial, sujeitas às regras da propaganda e publicidade*”⁷. Assim o esporte moderno é destinado aos consumidores/espectadores, contudo, “*a ideia de que os espectadores são passivos, por exemplo, foi refutada por vários estudos (Lasch, 1983; Sodré, 1977; Dunning e Sheard, 1979) que os consideram, inclusive, como parte inseparável do espetáculo.*”⁸. O esporte moderno, no caso o futebol brasileiro, não sucumbiu à comercialização, mas passou a incorporá-los a fim de recriar elementos sacros pertencentes ao campo tradicional.

Muito se discute a origem do futebol brasileiro, alguns dão créditos ao paulista Charles Miller, outros ao Carioca Oscar Cox, mas é notável que o esporte teve uma introdução quase simultânea em diversas regiões brasileiras. No Paraná, a prova documental mais antiga de uma disputa datada em 30 de dezembro de 1905. No entanto, o futebol brasileiro e sua estruturação se deu em torno do eixo Rio-SP, de um lado a capital da república e de outro, o maior polo econômico brasileiro, tornando-se os dois principais eixos no futebol brasileiro, organizando as primeiras ligas, ainda amadoras.

Marcado em suas origens por uma característica elitista e pautando-se numa dinâmica de competição civilizada, em que o *fair-play* é a característica fundamental, o caráter amador era uma tentativa de manter o esporte apenas como uma prática lúdica. Contudo, em 1915 surge o *profissionalismo marrom*, no qual alguns jogadores começam a receber dinheiro de integrantes ricos dos clubes tradicionais para poderem jogar, devido a habilidade demonstrada. O futebol excluía de sua prática pessoas de classes baixas e negros, mas a necessidade de formar um time competitivo e as transformações sociais mudou o panorama do esporte. Muitos dirigentes buscavam bons jogadores, bons resultados e melhora na estrutura, visando também uma ascensão política através do esporte.

O primeiro campeonato que ultrapassou o nível estadual foi o Torneio Rio-São Paulo, fortalecendo ainda mais a competitividade e o futebol desses dois estados. A disciplinarização das ações sociais e o controle do espaço público estavam em pauta no mesmo momento em que o torneio ganhava fama e força. Esses elementos propiciaram ao primeiro governo de Getúlio Vargas constituir uma ideia de verdadeira identidade nacional, centralizada e unida; o esporte não fica de fora dos planos do Estado, que agora

Cultural, 1996. P, 16.

⁶ JÚNIOR, Hilário Franco. *A Dança dos Deuses: Futebol, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. P, 79.

⁷ MAGNANE, Georges in HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e Cultura de Massa no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. P, 38.

⁸ *Ibidem, idem.*

figura como principal agente da sociedade. Ele condiciona todas as esferas sociais e o poder político é constituído pelo poder econômico e ideológico. “*No Estado totalitário toda a sociedade está resolvida no Estado, na organização do poder político que reúne em si o poder ideológico e o poder econômico. Não há espaço para o não-Estado.*”⁹

Foi obedecendo a essa lógica e o reconhecimento do futebol em território nacional que em 1933, Getúlio Vargas cria a profissão de jogador e institui o Torneio Rio-São Paulo, demonstrando claramente a intervenção do Estado na esfera esportiva. Em 1941 cria o Conselho Nacional de Desportos (CND) pelo decreto-lei n. 3.199, que tinha a pretensão de utilizar os esportes em benefício aos interesses políticos do governo. Vargas interveio diretamente na estruturação autônoma do futebol e modificou a correlação de forças entre os clubes filiados a Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Em 1967, já no regime militar, criou-se um campeonato envolvendo clubes de cinco estados do Brasil – Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – conhecido como Robertão. O governo demonstrava nítida intenção de centralizar os poderes utilizando, como Vargas, todas as esferas ativas da sociedade. Mas ainda havia um déficit financeiro no caixa dos clubes e os campeonatos eram desorganizados e mal estruturados.

No cerne da estrutura do futebol encontrava-se um grande problema, que permeava a vida em todas as escalas na sociedade brasileira, evidenciado por Roberto DaMatta; a existência de uma *ética dupla*, que regula a vida em sociedade. Este problema denominado *dilema brasileiro*, consistia de um lado, o *domínio moderno* que encontrava e buscava um ideal de igualdade, direitos e leis impessoais e universais, bem como a racionalização das atividades da sociedade; e o *domínio tradicional* que é pautado pela ética da hierarquia, baseada nas relações pessoais, privilégios familiares, paternalismo e conexões sociais¹⁰. Os clubes conviviam com uma profissionalização dos jogadores, mas a parte administrativa ainda era ligada ao tradicionalismo, a paixão e relações pessoais, obtendo benefícios devido estas relações, tirando o caráter igualitário de disputa do esporte moderno. Após a década de 1970, esta estrutura começou a se mostrar cada vez mais inoperante, principalmente diante da modernização administrativa do futebol europeu e da diferença de salários pagos aos jogadores no exterior.

Os clubes reclamavam da desorganização dos campeonatos: a falta de um planejamento na elaboração do calendário, interrompendo competições e sobrecarregando jogadores e torcedores, mudanças repentinas dos regulamentos e tabelas no meio das competições. Esta desorganização refletia um sentimento de anomia e quebrava a magia do ritual esportivo. O fim da década de sessenta e começo da setenta foi marcado pelo *milagre brasileiro* que consistia num fenômeno econômico no Brasil e a economia nacional teve taxas elevadíssimas de crescimento, com o PIB marcando 11% de alta. Ao lado dessa modernização o regime militar buscava ampliar a unidade nacional, diminuir o poder das elites locais e, a exemplo de Vargas, centralizar o poder. Para tanto, foi preciso um poder de barganha que teve como base benefícios financeiros e construção de estádios para dirigentes de clubes e federações estaduais.

O tão reivindicado Campeonato Nacional surge em 1971, teve como vencedor o clube Atlético Mineiro e definindo de vez a falência dos campeonatos e federações

⁹ BOBBIO, Noberto in MEZZADRI, Fernando Marinho; PRESTES, Saulo Esteves de Camargo; CAPRARO, André Mendes; CAVICHIOLLI, Fernando Renato; MARCHI JUNIOR, Wanderley. *As Interferências do Estado brasileiro no futebol e o estatuto de defesa do torcedor*. Publicado na Revista brasileira de Educação Física, São Paulo, 2011.

¹⁰ HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e Cultura de Massa no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. P, 28.

regionais¹¹. Em 24 de setembro de 1979 é criada a Confederação Brasileira de Futebol, uma administração exclusiva para o futebol, mas ainda o poder estava centralizado nas mãos do Estado e o regime afetava a organização. Em 1975 foi aprovada a lei 6.251 que, entre outras medidas, institucionalizava o voto unitário nas federações e confederações, num claro jogo político para agradar oligarquias regionais através do futebol. Foi então que a célebre frase ganhou fama: “Onde a ARENA vai mal, um time no nacional”, quando em 1978 e 1979 o Brasil viu os campeonatos mais inchados de sua história, com 74 e 94 clubes respectivamente. O Estado contribuía para a crise e nem mesmo a CBF conseguiu organizar campeonatos mais racionais devido à *ética tradicional* e a cobrança por um campeonato mais competitivo que agradasse os grandes era recorrente.

Em 1987 surge o Clube dos 13 reivindicando uma organização mais racional, motivados pela redemocratização, que tinha como aspecto uma maior autonomia civil, as exigências passaram a ser, também, uma maior autonomia das entidades esportivas frente o controle do Estado. Em 1993 temos a aprovação da Lei Zico, transformando os clubes em clubes-empresa, visando uma maior competitividade e reestruturação financeira dos clubes. O C13 negocia separadamente com a TV Globo e outras empresas a questão do patrocínio, até 1987 não havia transmissões ao vivo das partidas de futebol e até maio de 1982 o patrocínio nos uniformes era proibido. Uma melhora nas receitas e no fluxo de caixa dos clubes foi percebida. As transmissões televisivas contribuíram para permanência da estrutura competitiva, os clubes estabelecidos como grandes possuíam um maior número de torcedores, reconhecidos agora como *consumidores*, e na lógica racional entre empresas os clubes grandes davam mais renda para patrocinadores e TV, que controlava a distribuição de renda frente ao C13 e a CBF, não teve grandes mudanças na questão da disputa por títulos a nível nacional, Verificando a lista dos campeões de 39 edições (exceto o campeonato de 1987 que teve dois campeões, Sport e Flamengo) constatamos que 12 deles (30,7%) são do Rio de Janeiro e 17 (43,5%) são de São Paulo. Ou seja, mais de 74% dos títulos do Campeonato Brasileiro foi conquistado pelo eixo Rio-SP¹².

Nesta lógica, o campeonato brasileiro ainda permanece com uma estrutura que favorece clubes de São Paulo e Rio, devido à distribuição de renda, valorizada em relação ao número de torcedores/consumidores espalhados pelo Brasil, garantindo mais verba aos clubes que possuem grande número de torcedores e preferidos pela TV devido a maior facilidade de lucro, tanto por parte das emissoras como dos patrocinadores. Outro fator é a concentração da mídia esportiva nacional nos estados citados, dando repercussão desfavorável aos clubes que não pertencem ao eixo, como zebra, no caso do Coritiba e Atlético Paranaense, em que as fontes demonstram claramente que a obtenção do título foi um mero acaso do destino. Outro aspecto que marca a organização dos campeonatos é a utilização do futebol como campo político, neste caso, onde há mais torcedores há mais eleitores, para tanto, os estados mais populosos e mais ricos, que conseguem impor sua cultura como nacional acabam se destacando. Uma medida para equilibrar ainda mais o campeonato e torna-lo mais disputado é uma distribuição de cotas de TV equilibrada, favorecendo a lógica de oferta e consumo imposta pela *ética moderna* e dando, ao fim do campeonato, um montante financeiro de acordo com a posição obtida pelo clube, como ocorre na Inglaterra. Discutir uma esfera que o lado passional é tão destacado e atrelado a vários outros fatores pode-se nos levar a uma leitura da sociedade brasileira ao passo que ela se conecta a outros temas de modo semelhante, como a esfera econômica e política.

¹¹ *Ibidem*, p. 52.

¹² RIBEIRO, Luiz Carlos. *Brasileirão ou Torneio Rio-São Paulo?* Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade – UFPR, 2011.